
Contrarrrazões - Construmaz

2 mensagens

Construmaz Construtora <construmazltdaep@gmail.com>

26 de julho de 2022 17:05

Para: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL <cplcbmpa@gmail.com>

Prezados, após encaminharmos via sistema as nossas contrarrrazões para os processos **RDC 04 e RDC 03**, encaminhamos anexo a este e-mail juntamente com outros documentos comprobatórios que não foi possível enviarmos no sistema comprasnet, motivo que o mesmo aceita somente textos.

Por favor acusar recebimento;

Atenciosamente,

--

[Construmaz Construtora Ltda](#)

2 anexos**Contrarrrazões - Construmaz- RDC.pdf**
315K**MANIFESTAÇÃO-DEFESA.zip**
1635K

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL <cplcbmpa@gmail.com>

27 de julho de 2022 09:48

Para: Construmaz Construtora <construmazltdaep@gmail.com>

Bom dia. Recebido!

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ

Quartel do Comando Geral - Av. Júlio César, nº 3000, Bairro: marambaia, Belém-Pará, CEP 66.615-055.

E-mail: cplcbmpa@gmail.com

ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ, RDC N. 003/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 2021/1303034.

CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA – EPP, sociedade empresária, inscrita no CNPJ sob o n. 18.409.353/0001-05, estabelecida na Av. Manoel Barata, n. 367, Boa Esperança, CEP n. 68.181-020, Itaiuba/PA, vem, perante V. Sa., por seu advogado, apresentar **CONTRARRAZÕES** ao recurso apresentado por **L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA**, nos autos do processo licitatório acima identificado, nos termos a seguir expostos:

1. Das alegações da recorrente.

Inconformada com a decisão que acertadamente habilitou a recorrida no certame licitatório em exame, a recorrente, desprovida de qualquer amparo legal ou probatório, pede a reforma da decisão, com base nas seguintes alegações:

1. Que a empresa Construmaz teria sido criada pelo Sr. Marcello Bezerra com a finalidade de, à margem da Lei, participar das licitações, vez que a empresa MPB Engenharia estaria com Certidão Negativa de Débito Trabalhista;
2. Afirma que a empresa Construmaz e MPB Engenharia possuem como sede o mesmo endereço, ou seja, Av. Manoel Barata, n. 367, Boa Esperança, em Itaituba/PA, sendo esse também o endereço residencial do Sr. Marcello Bezerra;
3. Alega que o Sr. Marcello Bezerra era sócio da empresa MPB Engenharia e agora seria administrador da empresa Construmaz, possuindo procuração com amplos poderes;

4. Sustenta, ainda, que a empresa Construmaz e a empresa Atitude formariam grupo econômico, pois o sócio da última, Sr. Marcos Alby, figurou como testemunha do Sr. Marcello Bezerra em ação judicial que tramita perante da Justiça Criminal, instaurado em razão de acidente de trabalho ocorrido em obra administrada pela MPB Engenharia, mencionando, ainda, que haveriam duas pessoas, Sr. Kássio Paiva e Sra. Eliane Garcia, trabalhando nas duas empresas;

5. Acrescenta, por fim, que, diante da formação de grupo econômico, as receitas das empresas Construmaz e Atitude devem ser somadas para efeito de enquadramento como ME e EPP. No caso, essa soma de receita, de acordo com o recorrente, estaria extrapolando o limite máximo legal previsto na Lei Complementar n. 123 de 2016.

Embora essas alegações caluniosas não se sustentem em si mesmas, cabe refutá-las uma a uma. É o que se passa a fazer adiante.

2. Do mérito.

De início, cabe destacar que o Sr. Marcello Bezerra **não é – e nunca foi – sócio da empresa Construmaz. Ele é empregado da mesma**, fato comprovado pela anotação em sua Carteira de Trabalho Digital e Registro de Empregado, anexos.

Os únicos sócios da empresa Construmaz são a Sra. Maria Deuzimira Lima Lopes de Oliveira e o Sr. Márcio Roberto Picanço Ferreira, figurando a primeira na condição de sócia-administradora. Os documentos acostados ao processo licitatório em comento atestam isso de forma inequívoca. A própria recorrente sabe disso, pois apresentou print da consulta ao quadro de sócios e administradores da empresa, extraído do site da Receita Federal do Brasil.

O fato de um dos funcionários da Construmaz, tenha esse funcionário procuração ou não, ser ou ter sido sócio de outra empresa não implica em formação de grupo econômico entre elas. Se essa tese absurda fosse acolhida, nenhum empresário ou ex-empresário conseguiria emprego, pois quem o contratasse iria correr o risco de responder por formação de grupo econômico com a empresa do funcionário.

O Sr. Marcello Bezerra está plenamente apto a trabalhar como engenheiro civil em qualquer empresa, pois está com inscrição regular perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará e não existe nenhuma sentença penal condenatória contra o mesmo, devendo prevalecer, nessa hipótese, a presunção de inocência.



Barreto & Costa

Advogados Associados

Ser ou ter sido sócio de alguma empresa não o impede de trabalhar com quem que seja. Qualquer responsabilidade que o Sr. Marcello Bezerra possua em razão de fatos alheios ao seu contrato de trabalho com a Construmaz não dizem respeito a última.

No mais, o cartão do CNPJ da empresa MPB Engenharia, anexado pela recorrente, confirma que a mesma está sem nenhum registro de endereço comercial. O endereço informado – Av. Manoel de Medeiros, n. 367, Boa Esperança, Itaituba/PA – é da empresa Construmaz, até porque, de acordo com as informações e documentos juntados pela própria recorrente, a empresa MPB Engenharia estaria inativa. O fato da MPB Engenharia ter utilizado o endereço que a Construmaz atualmente utiliza não implica em nenhuma relação entre as mesmas, muito menos em formação de grupo econômico.

A recorrente também falta com a verdade ao afirmar que o Sr. Marcello Bezerra, funcionário da Construmaz residiria no mesmo endereço da empresa. O Sr. Marcello Bezerra mora na Rua Niterói, n. 216, Conjunto Marex, Val de Cães, Belém/PA, conforme comprovante de residência anexo.

Destarte, a empresa Construmaz não tem nenhuma relação com a empresa MPB Engenharia. Em relação ao seu funcionário, Sr. Marcello Bezerra, a relação é de emprego, não cabendo à empresa responder pela vida pretérita do mesmo, tampouco por suas eventuais obrigações.

A fragilidade das alegações da recorrente, revestidas sempre de má-fé, fica ainda mais evidente quando ela direciona suas fantasias verborrágicas para outra empresa, Atitude Construtora Eireli, que sequer participa da presente licitação.

O objetivo da recorrente é novamente imputar a existência de grupo econômico, agora entre a Construmaz e a Atitude, pois isso, em seu entender, acarretaria a perda da condição que a Construmaz possui como Empresa de Pequeno Porte e, conseqüentemente, a perda do benefício de perda da prioridade na contratação com valor de até 10% do melhor preço, previsto na Lei n. 123 de 2006.

Os dois argumentos apresentados pela recorrente são risíveis.

O primeiro é de que haveria grupo econômico entre as empresas pelo fato do sócio da Atitude, Sr. Marcos de Miranda, ter sido testemunha arrolada em processo judicial pelo Sr. Marcello Bezerra, que, como já dito acima, é funcionário da Construmaz. Ou seja, no entender da recorrente, se o sócio de uma empresa servir de testemunha para o funcionário de outra empresa, isso implicará na formação de grupo econômico entre ambas as empresas.



Barreto & Costa

Advogados Associados

Nem um leigo pode se dar o direito de alegar tanto desconhecimento jurídico.

O segundo argumento não é menos gracioso. A recorrente alega que existiriam funcionários comuns entre as empresas, apontando o Sr. Kássio Paiva e a Sra. Eliane Garcia. Isso nunca aconteceu. O Sr. Kássio, por exemplo, foi admitido para trabalhar na Construmaz em agosto de 2021 e continua até hoje, conforme Ficha de Registro e CTPS Digital em anexo. A recorrente apresenta como prova um print do Facebook, no qual consta que o Sr. Kássio Paiva teria começado a trabalhar na empresa Atitude em maio de 2019. Ocorre que, o que prova vínculo de emprego não é print de rede social e sim contrato formal e trabalho. No caso, quando o Sr. Kássio Paiva foi contratado pela empresa Construmaz, já não trabalhava mais para a empresa Atitude. Não cabe à empresa exigir do funcionário que mantenha suas redes sociais com informações atualizadas. Se ainda consta no Facebook do funcionário o seu vínculo com o antigo emprego, só cabe a ele corrigir, se assim desejar. Finalmente, a Sra. Eliane Garcia foi contratada pela Construmaz em abril de 2018 e desligada em dezembro de 2021, conforme Ficha de Registro e CTPS Digital em anexo. Nesse caso, os prints do Facebook da referida funcionária apresentados pela recorrente atestam que a mesma se apresenta atualmente como funcionária da Construmaz. Existem, contudo, duas postagens específicas apresentadas pela recorrente em que a mesma funcionária está usando farda da empresa Atitude. Todavia, basta olhar a data dessas postagens, que são do ano de 2013, para se ver que, na época, ainda não havia vínculo da mesma com a empresa Construmaz. Claro está que a recorrente procura induzir essa Comissão a erro, apontando fatos que sabe nunca ter ocorrido, usando postagens antigas do Facebook como se fossem atuais.

Como bem assentado em entendimento jurisprudencial pacífico a respeito do assunto, só é possível reconhecer a existência de grupo econômico quando diversas pessoas jurídicas exercem suas atividades sob unidade de controle, e, ainda, quando se visualizar confusão de patrimônio, fraudes, abuso de direito e má-fé, com prejuízo a credores.

O fato do sócio de uma empresa ser testemunha em processo judicial em favor do sócio ou funcionário de outra empresa, o fato de uma empresa contratar funcionário que foi sócio outra empresa, o fato do mesmo funcionário ter trabalhado em empresas distintas e em momentos distintos, o fato de uma empresa estar sediada no endereço anteriormente utilizado por outra empresa, nada disso pode servir de fundamento para sustentar a existência de grupo econômico, seja entre a Construmaz e a MPB Engenharia, seja entre a Construmaz e a Atitude, e muito menos entre as três.

Demonstrada a total impertinência das alegações da recorrente, resta falar agora um pouco dos seus motivos, que são estritamente financeiros.

A recorrente, como se sabe, é concorrente da recorrida no certame em exame. Durante o processo licitatório teve oportunidade para apresentar sua impugnação, mas nada fez. Ocorre que, com o avançar do

processo e abertura das propostas, o preço apresentado pela recorrida foi menor que o apresentado pela recorrente. Além disso, em outra licitação, a concorrência pública n. 01/2022 PC/PA, Processo Administrativo n. 2022/14610, o preço apresentado pela recorrida está dentro do limite de 10% previsto na Lei n. 123 de 2006. Nessa condição, a recorrida, por ser EPP, possui prioridade legal na contratação em detrimento da recorrente. Ou seja, o que a recorrente pretende mesmo é utilizar essas inverdades para se favorecer nos certames licitatórios em que não objete êxito.

Essa é a verdadeira motivação da recorrente. Atacar a recorrida como fatos inverídicos e caluniosos, em momento totalmente inadequado, com a finalidade de tumultuar o certame e vencer a disputa a qualquer custo.

Essa postura, contudo, não ajudará em nada a recorrente no presente certame. A única coisa que ganhará com isso são processos judiciais que serão manejados contra si pela empresa recorrida e ainda pela terceira empresa envolvida, a quem será dado conhecimento.

3. Conclusão.

Diante do exposto, requer seja negado provimento ao recurso, sem prejuízo das medidas e sanções eventualmente aplicadas contra a recorrente em razão do teor inverídico e calunioso da denúncia apresentada.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Belém/PA, 26 de julho de 2022.

**SAVIO BARRETO
LACERDA LIMA**

Assinado de forma digital por
SAVIO BARRETO LACERDA LIMA
Dados: 2022.07.26 13:49:03 -03'00'

SÁVIO BARRETO LACERDA LIMA

OAB/PA 11.003

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA – EPP, sociedade empresária, inscrita no CNPJ sob o n. 18.409.353/0001-05, estabelecida na Av. Manfredo Barata, n. 367, Boa Esperança, CEP n. 68.181-020, Itaiuba/PA.

ADVOGADOS(AS): SÁVIO BARRETO LACERDA LIMA, solteiro, OAB/PA n. 11.003 e CPF n. 608.026.502-87; EVANDRO ANTUNES COSTA, casado, OAB/PA n. 11.138 e CPF n. 514.314.082-04; LEONARDO NASCIMENTO RODRIGUES, casado, OAB/PA n. 13.152 e CPF n. 794.063.602-25; LEANDRO JOSÉ DO MAR DOS SANTOS, solteiro, OAB/PA n. 20.877 e CPF n. 004.507.562-03; CAIO GODINHO REBELO BRANDÃO DA COSTA, solteiro, OAB/PA n. 18.002 e CPF n. 947.813.462-00; RONALDO SÉRGIO ABREU DA COSTA, divorciado, OAB/PA n. 6795 e CPF N. 116.560.262-87; MÁRCIO FABRÍCIO SANTOS DA SILVA, solteiro, OAB/PA n. 11.901, CPF n. 661.656.952-72; DAVI RABELLO LEÃO, casado, OAB/PA nº 22.628 e CPF n. 004.942.492-00; ESTEFÂNIA CAROLINA DO CARMO LIMA, solteira, OAB/PA n. 18.150 e CPF n. 946.988.482-53; PAULO RONALDO MONTE DE MENDONÇA ALBUQUERQUE, casado, OAB/PA n. 7.605 e CPF n. 379.382.152-87; TÂMISA FONSECA CARDOSO RODRIGUES, solteira, OAB/PA n. 19.537 e CPF n. 946.540.932-49; DENNIS LOPES SERRUYA, casado, OAB/PA n. 6245 e CPF n. 188.246.092-87; e **ESTAGIÁRIOS(AS):** BIANCA MERYELE RAIOL MOTA, solteira, RG n. 6507463 SSP/PA e CPF n. 008.807.392-07; TIAGO RAFAEL XERFAN BENTES, solteiro, RG n. 7890666 SSP/PA e CPF n. 041.069.272-76; HENRIQUE GALATE MORAES LIMA, solteiro, RG n. 6708623 PC/PA e CPF n. 992.040.022-04; ANA BEATRIZ MONTEIRO DE ALMEIDA, solteira, RG n. 7294527 SSP/PA e CPF n. 021.409.142-28; ANA FLÁVIA MONTEIRO DE ALMEIDA, solteira, RG n. 7294528 SSP/PA e CPF n. 021.409.132-56; ALINE ARRAIS DE CASTRO LOBO, solteira, RG 7674401 e CPF n. 049.239.982-45. Todos integram o escritório Barreto & Costa – Advogados Associados, inscrito na OAB/PA sob o n. 355/07, com sede na Rua Senador Lemos, n. 791, Umarizal, Ed. Síntese Plaza, 24º andar, Belém/PA, CEP n. 66050-005.

PODERES: Todos da cláusula **ad judicium et extra** para atuar em qualquer foro ou instância judicial ou administrativa, praticando todos os atos necessários à defesa do(s) outorgante(s), com poderes especiais transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, substabelecer, com ou sem reservas, podendo praticar todos os atos necessários ao cumprimento deste mandato.

Belém/PA, 22 de junho de 2022.

MARIA DEUZIMIRA
LIMA LOPES DE
OLIVEIRA:18239749291

Assinado de forma digital por
MARIA DEUZIMIRA LIMA LOPES DE
OLIVEIRA:18239749291
Dados: 2022.06.22 15:51:22 -03'00'

CONSTRUMAZ
CONSTRUTORA
LTDA:18409353000105
5

Assinado de forma digital por
CONSTRUMAZ CONSTRUTORA
LTDA:18409353000105
Dados: 2022.06.22 15:53:47
-03'00'

CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA – EPP

Maria Deuzimira Lima Lopes

ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ, RDC N. 003/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 2021/1303034.

CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA – EPP, sociedade empresária, inscrita no CNPJ sob o n. 18.409.353/0001-05, estabelecida na Av. Manoel Barata, n. 367, Boa Esperança, CEP n. 68.181-020, Itaiuba/PA, vem, perante V. Sa., por seu advogado, apresentar **MANIFESTAÇÃO** em relação à denúncia apresentada por **L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA**, nos autos do processo licitatório acima identificado, nos termos a seguir expostos:

1. Das alegações da denunciante.

Desprovida de qualquer amparo legal ou probatório, a empresa denunciante se desviou da boa-fé e da verdade para imputar à denunciada, Construmaz, sua concorrente no processo licitatório acima identificado, as seguintes acusações:

1. Que a empresa Construmaz teria sido criada pelo Sr. Marcello Bezerra com a finalidade de, à margem da Lei, participar das licitações, vez que a empresa MPB Engenharia estaria com Certidão Negativa de Débito Trabalhista;
2. Afirma que a empresa Construmaz e MPB Engenharia possuem como sede o mesmo endereço, ou seja, Av. Manoel Barata, n. 367, Boa Esperança, em Itaituba/PA, sendo esse também o endereço residencial do Sr. Marcello Bezerra;
3. Alega que o Sr. Marcello Bezerra era sócio da empresa MPB Engenharia e agora seria administrador da empresa Construmaz, possuindo procuração com amplos poderes;

4. Sustenta, ainda, que a empresa Construmaz e a empresa Atitude formariam grupo econômico, pois o sócio da última, Sr. Marcos Alby, figurou como testemunha do Sr. Marcello Bezerra em ação judicial que tramita perante da Justiça Criminal, instaurado em razão de acidente de trabalho ocorrido em obra administrada pela MPB Engenharia, mencionando, ainda, que haveriam duas pessoas, Sr. Kássio Paiva e Sra. Eliane Garcia, trabalhando nas duas empresas;

5. Acrescenta, por fim, que, diante da formação de grupo econômico, as receitas das empresas Construmaz e Atitude devem ser somadas para efeito de enquadramento como ME e EPP. No caso, essa soma de receita, de acordo com o denunciante, estaria extrapolando o limite máximo legal previsto na Lei Complementar n. 123 de 2016.

Embora essas acusações caluniosas não se sustentem em si mesmas, cabe refutá-las uma a uma. É o que se passa a fazer adiante.

2. Da improcedência e da má-fé das alegações.

De início, cabe destacar que o Sr. Marcello Bezerra **não é – e nunca foi – sócio da empresa Construmaz. Ele é empregado da mesma**, fato comprovado pela anotação em sua Carteira de Trabalho Digital e Registro de Empregado, anexos.

Os únicos sócios da empresa Construmaz são a Sra. Maria Deuzimira Lima Lopes de Oliveira e o Sr. Márcio Roberto Picanço Ferreira, figurando a primeira na condição de sócia-administradora. Os documentos acostados ao processo licitatório em comento atestam isso de forma inequívoca. A própria denunciante sabe disso, pois apresentou print da consulta ao quadro de sócios e administradores da empresa, extraído do site da Receita Federal.

O fato de um dos funcionários da Construmaz, tenha esse funcionário procuração ou não, ser ou ter sido sócio de outra empresa não implica em formação de grupo econômico entre elas. Se essa tese absurda fosse acolhida, nenhum empresário ou ex-empresário conseguiria emprego, pois quem o contratasse iria correr o risco de responder por formação de grupo econômico com a empresa do funcionário.

O Sr. Marcello Bezerra está plenamente apto a trabalhar como engenheiro civil em qualquer empresa, pois está com inscrição regular perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará e, até onde se sabe, não existe nenhuma sentença penal condenatória contra o mesmo, devendo prevalecer, nessa hipótese, a presunção de inocência.



Barreto & Costa

Advogados Associados

Ser ou ter sido sócio de alguma empresa não o impede de trabalhar com quem que seja. Qualquer responsabilidade que o Sr. Marcello Bezerra possua em razão de fatos alheios ao seu contrato de trabalho com a Construmaz não dizem respeito a última.

No mais, o cartão do CNPJ da empresa MPB Engenharia, anexado pela denunciante, confirma que a mesma está sem nenhum registro de endereço comercial. O endereço informado – Av. Manoel de Medeiros, n. 367, Boa Esperança, Itaituba/PA – é da empresa Construmaz, até porque, de acordo com as informações e documentos juntados pela própria denunciante, a empresa MPB Engenharia estaria inativa. O fato da MPB Engenharia ter utilizado o endereço que a Construmaz atualmente utiliza não implica em nenhuma relação entre as mesmas, muito menos em formação de grupo econômico.

A denunciante também falta com a verdade ao afirmar que o Sr. Marcello Bezerra, funcionário da Construmaz residiria no mesmo endereço da empresa. O Sr. Marcello Bezerra mora na Rua Niterói, n. 216, Conjunto Marex, Val de Cães, Belém/PA, conforme comprovante de residência anexo.

Destarte, a empresa Construmaz não tem nenhuma relação com a empresa MPB Engenharia. Em relação ao seu funcionário, Sr. Marcello Bezerra, a relação é de emprego, não cabendo à empresa responder pela vida pretérita do mesmo, tampouco por suas eventuais obrigações.

A fragilidade das alegações da denunciante, revestidas sempre de má-fé, fica ainda mais evidente quando ela direciona suas fantasias verborrágicas para outra empresa, Atitude Construtora Eireli, que sequer participa da presente licitação.

O objetivo da denunciante é novamente imputar a existência de grupo econômico, agora entre a Construmaz e a Atitude, pois isso, em seu entender, acarretaria a perda da condição que a Construmaz possui como Empresa de Pequeno Porte e, conseqüentemente, a perda do benefício de perda da prioridade na contratação com valor de até 10% do melhor preço, previsto na Lei n. 123 de 2006.

Os dois argumentos apresentados pela denunciante são risíveis.

O primeiro é de que haveria grupo econômico entre as empresas pelo fato do sócio da Atitude, Sr. Marcos de Miranda, ter sido testemunha arrolada em processo judicial pelo Sr. Marcello Bezerra, que, como já dito acima, é funcionário da Construmaz. Ou seja, no entender da denunciante, se o sócio de uma empresa servir de testemunha para o funcionário de outra empresa, isso implicará na formação de grupo econômico entre ambas as empresas.

Nem um leigo pode se dar o direito de alegar tanto desconhecimento jurídico.

O segundo argumento não é menos gracioso. A denunciante alega que existiriam funcionários comuns entre as empresas, apontando o Sr. Kássio Paiva e a Sra. Eliane Garcia. Isso nunca aconteceu. O Sr. Kássio, por exemplo, foi admitido para trabalhar na Construmaz em agosto de 2021 e continua até hoje, conforme Ficha de Registro e CTPS Digital em anexo. A denunciante apresenta como prova um print do Facebook, no qual consta que o Sr. Kássio Paiva teria começado a trabalhar na empresa Atitude em maio de 2019. Ocorre que, o que prova vínculo de emprego não é print de rede social e sim contrato formal e trabalho. No caso, quando o Sr. Kássio Paiva foi contratado pela empresa Construmaz, já não trabalhava mais para a empresa Atitude. Não cabe à empresa exigir do funcionário que mantenha suas redes sociais com informações atualizadas. Se ainda consta no Facebook do funcionário o seu vínculo com o antigo emprego, só cabe a ele corrigir, se assim desejar. Finalmente, a Sra. Eliane Garcia foi contratada pela Construmaz em abril de 2018 e desligada em dezembro de 2021, conforme Ficha de Registro e CTPS Digital em anexo. Nesse caso, os prints do Facebook da referida funcionária apresentados pela denunciante atestam que a mesma se apresenta atualmente como funcionária da Construmaz. Existem, contudo, duas postagens específicas apresentadas pela denunciante em que a mesma funcionária está usando farda da empresa Atitude. Todavia, basta olhar a data dessas postagens, que são do ano de 2013, para se ver que, na época, ainda não havia vínculo da mesma com a empresa Construmaz. Claro está que a denunciante procura induzir essa Comissão a erro, apontando fatos que sabe nunca ter ocorrido, usando postagens antigas do Facebook como se fossem atuais.

Como bem assentado em entendimento jurisprudencial pacífico a respeito do assunto, só é possível reconhecer a existência de grupo econômico quando diversas pessoas jurídicas exercem suas atividades sob unidade de controle, e, ainda, quando se visualizar confusão de patrimônio, fraudes, abuso de direito e má-fé, com prejuízo a credores.

O fato do sócio de uma empresa ser testemunha em processo judicial em favor do sócio ou funcionário de outra empresa, o fato de uma empresa contratar funcionário que foi sócio outra empresa, o fato do mesmo funcionário ter trabalhado em empresas distintas e em momentos distintos, o fato de uma empresa estar sediada no endereço anteriormente utilizado por outra empresa, nada disso pode servir de fundamento para sustentar a existência de grupo econômico, seja entre a Construmaz e a MPB Engenharia, seja entre a Construmaz e a Atitude, e muito menos entre as três.

Demonstrada a total impertinência das alegações da denunciante, resta falar agora um pouco dos seus motivos, que são estritamente financeiros.

A denunciante, como se sabe, é concorrente da denunciada no certame em exame. Durante o processo licitatório teve oportunidade para apresentar sua impugnação, mas nada fez. Ocorre que, com o avançar do

processo e abertura das propostas, o preço apresentado pela denunciada foi menor que o apresentado pela denunciante. Além disso, em outra licitação, a concorrência pública n. 01/2022 PC/PA, Processo Administrativo n. 2022/14610, o preço apresentado pela denunciada está dentro do limite de 10% previsto na Lei n. 123 de 2006. Nessa condição, a denunciada, por ser EPP, possui prioridade legal na contratação em detrimento da denunciante. Ou seja, o que a denunciante pretende mesmo é utilizar essas inverdades para se favorecer nos certames licitatórios em que não objete êxito.

Essa é a verdadeira motivação da denunciante. Atacar a denunciada como fatos inverídicos e caluniosos, em momento totalmente inadequado, com a finalidade de tumultuar o certame e vencer a disputa a qualquer custo.

Essa postura, contudo, não ajudará em nada a denunciante no presente certame. A única coisa que ganhará com isso são processos judiciais que serão manejados contra si pela empresa denunciada e ainda pela terceira empresa envolvida, a quem será dado conhecimento.

3. Conclusão.

Diante do exposto, requer seja reconhecida a improcedência total das acusações, sem prejuízo das medidas e sanções eventualmente aplicadas contra a denunciante em razão do teor inverídico e calunioso da denúncia apresentada.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Belém/PA, 22 de junho de 2022.

**SAVIO BARRETO
LACERDA LIMA**

Assinado de forma digital por
SAVIO BARRETO LACERDA LIMA
Dados: 2022.06.22 15:08:17
-03'00'

SÁVIO BARRETO LACERDA LIMA
OAB/PA 11.003



Carteira de Trabalho Digital

Dados Pessoais

Data de emissão: **15/03/2022**

Nome Civil: **MARCELLO PINTO BEZERRA**

CPF: **399.496.802-04**

Data de Nascimento: **03/04/1972**

Sexo: **Masculino**

Nacionalidade: **Brasileiro**

Nome da Mãe: **SONIA MARIA PINTO BEZERRA**

Contratos de Trabalho

- 01/06/2015 - Aberto

CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: 18.409.353/0001-05

Ocupação: **214205 - ENGENHEIRO CIVIL**

Salário Contratual: **R\$ 2.720,00**

Remuneração Inicial: **R\$ 2.364,00**

Última Remuneração Informada: **R\$ 3.383,06** (03/2022)

Anotações

01/06/2015 - Admissão

REGISTRO DE EMPREGADO				Nº Registro		002/045	
DADOS DO EMPREGADOR						Foto 3X4	
Razão Social / Nome				CNPJ / CEI			
CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP				18.409.353/0001-05			
Endereço (Logradouro, Número, Andar, Apartamento)							
AV MANFREDO BARATA 367							
Bairro (Distrito)		Município / UF		CEP			
BOA ESPERANCA		ITAITUBA / PA		68181020			
DADOS DO EMPREGADO							
Nome			Data Nascimento		Município de Nascimento / UF		
MARCELLO PINTO BEZERRA			03/04/1972		RECIFE / PE		
Endereço (Logradouro, Número, Andar, Apartamento)			Bairro / Município / UF		CEP		
AV MANFREDO BARATA 367			BOA ESPERANCA / ITAITUBA / PA		68181-020		
Beneficiários : Nome - Data Nascimento - Parentesco							
Nome da Mãe				Nome do Pai			
SONIA MARIA PINTO BEZERRA				SILVIO ROMERO MORAES BEZERRA			
Nacionalidade		Estado Civil		R.G		Data emissão	
Brasileiro		Solteiro		2132671		03/06/1994	
CPF		C.T.P.S / Série / UF		Data Emissão		Título de Eleitor	
399.496.802-04		0080031 00025 PA		29/06/1994		025154281317	
Habilitação		Categoria		Doc. Militar		Número CBO	
						2142-05	
Cargo / Função		Data Admissão		Salário		Tipo de Pagamento	
Engenheiro civil		01/06/2015		2.364,00		2 = Mensalista	
Departamento		Grau de Instrução		Adc. Periculosidade		Adc. Insalubridade	
07.007 SECRETARIA DE ESTADO		09 = Superior Completo		0,00%		0,00%	
						Telefone Residencial	
						93 000000000	
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - F G T S							
Data da Opção		Banco Depositário				Número da Conta	
01/06/2015		CAIXA ECONOMICA FEDERAL					
Horário de Trabalho							
Seg = 08:00 12:00 00:00 00:00				Sex = 08:00 12:00 00:00 00:00			
Ter = 08:00 12:00 00:00 00:00				Sáb = 08:00 12:00 00:00 00:00			
Qua = 08:00 12:00 00:00 00:00				Dom = Descanso Semanal			
Qui = 08:00 12:00 00:00 00:00							
Programa de integração Social - P I S							
Número do PIS		Cadastrado em		Nome do Banco			
12.679.597.429				CAIXA ECONOMICA FEDERAL			
Endereço do Banco				Número do Banco		Agência	
RUA DR. HUGO DE MENDONÇA 221				104		0552-5	
Quando Estrangeiro				Rescisão do Contrato de Trabalho			
Reg. Estrangeiro (RNF)		Casado com Brasileiro?		Data da saída		Homologação Número	
Nome do Cônjuge				Tipo de Desligamento			
Data Chegada ao Brasil		Número filhos Brasileiros		Local da Homologação			
Naturalizado		Decreto Número		Carimbo e assinatura do empregador			
				Data			
Visto		Vencimento					
Assinatura do empregado na admissão				Assinatura do empregado na rescisão			
Data				Data			



Telefonica Brasil S.A.
Av. Visconde De Souza Franco, 5 - CEP: 66053-000 - Belém - PA
I.E.: 152263470 CNPJ Matriz: 02.558.157/0001-62

Nº da Conta: 00001104456879
Código Cliente: 00000104875079

MÊS REFERÊNCIA: 05/2022
DATA DE EMISSÃO: 11/05/2022

MARCELLO PINTO BEZERRA
RUA NITEROI 216
CONJUNTO MAREX 216
VAL DE CAES
66617-110 BELEM - PA

VENCIMENTO
26/05/2022

VALOR A PAGAR (R\$)
164,98

☐ DÉBITO AUTOMÁTICO
☒ CONTA DIGITAL
(marcellob72@gmail.com)

OS BENEFÍCIOS DO CELULAR RENOVAM TODO DIA: 11

RESUMO DA SUA CONTA (DE 11/04/22 A 10/05/22)

VIVO CELULAR	149,99
Outros lançamentos	14,99
Total a pagar	164,98

Plano contratado Adicionais contratados	Quantidade	Valor (R\$)
VIVO CELULAR		
Vivo Família Especial 10GB	1	149,99
(+) Serviços Digitais	-	-
Subtotal Vivo Celular		149,99
Subtotal Plano contratado / Adicionais contratados		149,99
Outros Lançamentos		
Diversos		
Serviço de Interatividade	1	14,99
Subtotal		14,99
Subtotal Outros Lançamentos		14,99
Total a pagar		164,98

- Não existe(m) valor(es) pendente(s) até a data de emissão dessa conta -

Importante: Mantenha o pagamento em dia e evite o cancelamento dos serviços, a suspensão parcial / total dos serviços, a rescisão contratual, e a inclusão nos órgãos de proteção ao crédito. Para pagamento após o vencimento serão cobrados encargos de 2% e juros de 1% ao mês em conta futura. | Central de Atendimento ANATEL: 1331, 1332 para deficientes auditivos e www.anatel.gov.br. PLANOS ANATEL: VIVO FAMILIA ESPECIAL 10GB: 161/POS/SMP. Para a prestação de serviços descrita nessa fatura incidem os seguintes impostos: PA - 30% ICMS, 0.65% PIS e 3% COFINS para Telecom. SP - 2% ISS, 1.65% PIS e 7.6% COFINS e 0% ISS, 0% PIS e 0% COFINS e 0% ISS, 0.65% PIS e 3% COFINS para SVAs.



SEUS NÚMEROS VIVO

Tel. Celular: 91-99270-2321 (Caso você tenha mais linhas, consulte o detalhamento no App Vivo)



SUAS BONIFICAÇÕES

Celular Vivo: 1 Bonus Vivo Fibra Especial 100GB | 1 Bônus Conta Digital 3GB

Veja detalhamento da sua conta no app Vivo

Pelo aplicativo, você também pode:

- Cadastrar o Débito Automático na sua conta e receber 3GB de internet todo mês
- Aproveitar os benefícios do Vivo Valoriza



FALE COM A GENTE

Acesse vivo.com.br/faleconosco, envie SMS com a palavra VIVO para 1058 do seu CELULAR VIVO ou ligue para 10315. Pessoas com necessidades especiais de fala/audição, ligue 142.

Autenticação Mecânica

Destaque aqui



MARCELLO PINTO BEZERRA

Vencimento

26/05/2022

Total a Pagar - R\$

164,98

Cód. Débito Automático Nº da Conta Nº da Fatura Mês Referência
1104456879-2 00001104456879 00000196288418 05/2022

846800000016 649800721007 011044568795 922052884181



Pagar
via Pix



CONTRATO DE TRABALHO A TÍTULO DE EXPERIÊNCIA

Por este instrumento particular, que entre si fazem a firma CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP, com sede nesta capital à AV MANFREDO BARATA, 367, neste ato denominado simplesmente "Empregadora", e o Sr.(a) ELIANE LEAL GARCIA, portador da Carteira Profissional nº 4239895 - 003-0, inscrito no C.P.F 733.438.972-72, e cadastrado no PIS nº 13.092.422.421, doravante, chamado, "Empregado", firmam o presente contrato individual de trabalho, em caráter de experiência, conforme a letra "C" 2. do Artigo 443 da Consolidação das Leis do trabalho, mediante as seguintes condições:

1 - O Empregado trabalhará para a Empregadora, exercendo as funções de Assistente de recursos humanos, no departamento SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLIC, percebendo o salário de R\$ 2.482,80 por mês.

2 - O horário a ser obedecido será o seguinte:

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
07:00 às 12:00 Hs 13:00 às 17:00 Hs	07:00 às 12:00 Hs 13:00 às 17:00 Hs	07:00 às 12:00 Hs 13:00 às 17:00 Hs	07:00 às 12:00 Hs 13:00 às 17:00 Hs	07:00 às 12:00 Hs 13:00 às 16:00 Hs		

3 - Este contrato tem início a partir de 01/04/2018, vencendo-se em 15/05/2018 após a admissão, podendo ser prorrogado, obedecendo ao disposto no Parágrafo único do Artigo 445 da CLT.

4 - O Empregado se compromete a trabalhar em regime de compensação e de prorrogação de horas, inclusive em período noturno, sempre que as necessidades assim o exigirem, observadas as formalidades legais.

5 - Obriga-se o Empregado, além de executar com dedicação e lealdade o seu serviço, a cumprir o Regulamento Interno da Empregadora, as instruções de sua administração e as ordens de seus chefes e superiores hierárquicos, relativas as peculiaridades dos serviços que lhe forem confiados.

6 - Aplicam-se a este contrato todas as normas em vigor relativas aos contratos a prazo determinado, devendo sua rescisão antecipada, por justa causa, obedecendo ao disposto nos Artigos 482 e 483 da CLT, conforme o caso.

7 - Vencido o período experimental e continuando o empregado a prestar serviços à Empregadora, por tempo indeterminado, ficam prorrogadas todas as cláusulas aqui estabelecidas enquanto não se rescindir o contrato de trabalho.

CONTRATO: E por estarem de pleno acordo, assinam ambas as partes este contrato em duas vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP

ELIANE LEAL GARCIA

TERMO DE PRORROGAÇÃO: Por mutuo acordo entre as partes, fica o presente contrato de experiência, que devera vencer nesta data, prorrogado até 29/06/2018.

CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP

ELIANE LEAL GARCIA



Carteira de Trabalho Digital

Dados Pessoais

Data de emissão: **19/06/2022**

Nome Civil: **CASSIO PAIVA DE CARVALHO**

CPF: **989.590.002-30**

Data de Nascimento: **12/11/1989**

Sexo: **Masculino**

Nacionalidade: **Brasileiro**

Nome da Mãe: **FRANCISCA PAIVA DE CARVALHO**

Contratos de Trabalho

- 01/08/2021 - Aberto

CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: 18.409.353/0001-05

Ocupação: **414105 - ALMOXARIFE**

Salário Contratual: **R\$ 1.562,00**

Remuneração Inicial: **R\$ 2.949,05**

Última Remuneração Informada: **R\$ 2.702,78** (05/2022)

Anotações

01/08/2021 - Admissão

REGISTRO DE EMPREGADO				Nº Registro		004/012	
DADOS DO EMPREGADOR						Foto 3X4	
Razão Social / Nome				CNPJ / CEI			
CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP				18.409.353/0001-05			
Endereço (Logradouro, Número, Andar, Apartamento)							
AV MANFREDO BARATA 367							
Bairro (Distrito)		Município / UF		CEP			
BOA ESPERANCA		ITAITUBA / PA		68181020			
DADOS DO EMPREGADO							
Nome			Data Nascimento		Município de Nascimento / UF		
ELIANE LEAL GARCIA			25/03/1984		BELEM / PA		
Endereço (Logradouro, Número, Andar, Apartamento)			Bairro / Município / UF		CEP		
ET DO TAPANA 813 ROD DO TAPANA			TAPANA / BELEM / PA		66825-010		
Beneficiários : Nome - Data Nascimento - Parentesco							
JHESSICA VICTORIA GARCIA REBELO - 02/03/2011 - Filha							
Nome da Mãe				Nome do Pai			
EDNA MARIA LEAL GARCIA				OSVALDINO DO VALE GARCIA			
Nacionalidade		Estado Civil		R.G		Data emissão	
Brasileiro		Divorciado		4534932		19/03/2014	
CPF		C.T.P.S / Série / UF		Data Emissão		Título de Eleitor	
733.438.972-72		4239895 003-0 PA		06/04/2010		042001541341	
Habilitação		Categoria		Doc. Militar		Número CBO	
						2524-05	
Cargo / Função		Data Admissão		Salário		Tipo de Pagamento	
Assistente de recursos humanos		01/04/2018		2.482,80		2 = Mensalista	
Departamento		Grau de Instrução		Adc. Periculosidade		Adc. Insalubridade	
08.008 FUNDO ESTADUAL DE SE		09 = Superior Completo		0,00%		0,00%	
						Telefone Residencial	
						91 992535790	
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - F G T S							
Data da Opção		Banco Depositário				Número da Conta	
01/04/2018		CAIXA ECONOMICA FEDERAL					
Horário de Trabalho							
Seg = 07:00 12:00 13:00 17:00				Sex = 07:00 12:00 13:00 16:00			
Ter = 07:00 12:00 13:00 17:00				Sáb = Descanso Semanal			
Qua = 07:00 12:00 13:00 17:00				Dom = Descanso Semanal			
Qui = 07:00 12:00 13:00 17:00							
Programa de integração Social - P I S							
Número do PIS		Cadastrado em		Nome do Banco			
13.092.422.421				CAIXA ECONOMICA FEDERAL			
Endereço do Banco				Número do Banco		Agência	
RUA DR. HUGO DE MENDONÇA 221				104		0552-5	
Quando Estrangeiro				Rescisão do Contrato de Trabalho			
Reg. Estrangeiro (RNF)		Casado com Brasileiro?		Data da saída		Homologação Número	
				31/12/2021			
Nome do Cônjuge				Tipo de Desligamento			
Data Chegada ao Brasil		Número filhos Brasileiros		Local da Homologação			
Naturalizado		Decreto Número		Carimbo e assinatura do empregador			
				Data			
Visto		Vencimento					
Assinatura do empregado na admissão				Assinatura do empregado na rescisão			
Data				Data			

REGISTRO DE EMPREGADO				Nº Registro		004/041	
DADOS DO EMPREGADOR						Foto 3X4	
Razão Social / Nome				CNPJ / CEI			
CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP				18.409.353/0001-05			
Endereço (Logradouro, Número, Andar, Apartamento)							
AV MANFREDO BARATA 367							
Bairro (Distrito)		Município / UF		CEP			
BOA ESPERANCA		ITAITUBA / PA		68181020			
DADOS DO EMPREGADO							
Nome			Data Nascimento		Município de Nascimento / UF		
CASSIO PAIVA DE CARVALHO			12/11/1989		ITAITUBA / PA		
Endereço (Logradouro, Número, Andar, Apartamento)			Bairro / Município / UF		CEP		
RUA TERCEIRA 1349			JARDIM AEROPORTO / ITAITUBA / PA		68181-000		
Beneficiários : Nome - Data Nascimento - Parentesco							
Nome da Mãe				Nome do Pai			
FRANCISCA PAIVA DE CARVALHO				BERNARDO FERREIRA DE CARVALHO			
Nacionalidade		Estado Civil		R.G		Data emissão	
Brasileiro		Solteiro		5896811		29/01/2019	
CPF		C.T.P.S / Série / UF		Data Emissão		Título de Eleitor	
989.590.002-30		0004157 00053 PA		04/07/2006		053434351384	
Habilitação		Categoria		Doc. Militar		Número CBO	
				280392286538		4141-05	
Cargo / Função		Data Admissão		Salário		Tipo de Pagamento	
Almoxarife		01/08/2021		1.562,00		2 = Mensalista	
Departamento		Grau de Instrução		Adc. Periculosidade		Adc. Insalubridade	
08.008 FUNDO ESTADUAL DE SE		= Fundamental (09) Compl		0,00%		0,00%	
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - F G T S							
Data da Opção		Banco Depositário				Número da Conta	
01/08/2021		CAIXA ECONOMICA FEDERAL					
Horário de Trabalho							
Seg = 07:00 12:00 13:00 17:00				Sex = 07:00 12:00 13:00 16:00			
Ter = 07:00 12:00 13:00 17:00				Sáb = Descanso Semanal			
Qua = 07:00 12:00 13:00 17:00				Dom = Descanso Semanal			
Qui = 07:00 12:00 13:00 17:00							
Programa de integração Social - P I S							
Número do PIS		Cadastrado em		Nome do Banco			
16.178.954.272				CAIXA ECONOMICA FEDERAL			
Endereço do Banco				Número do Banco		Agência	
RUA DR. HUGO DE MENDONÇA 221				104		0552-5	
Quando Estrangeiro				Rescisão do Contrato de Trabalho			
Reg. Estrangeiro (RNF)		Casado com Brasileiro?		Data da saída		Homologação Número	
Nome do Cônjuge				Tipo de Desligamento			
Data Chegada ao Brasil		Número filhos Brasileiros		Local da Homologação			
Naturalizado		Decreto Número		Carimbo e assinatura do empregador			
				Data			
Visto		Vencimento					
Assinatura do empregado na admissão				Assinatura do empregado na rescisão			
Data				Data			

responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo; § 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica: (...) V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo (...) Ora, se a empresa já estava ciente de que não poderia ostentar a condição de EPP, em contrariedade ao parágrafo 9º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e ainda assim está participando do certame como tal, então a referida empresa apresentou declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, estando, portanto, sujeita às sanções legais - (Art. 156, da Lei nº 14.133/2021) e editalícias pertinentes, conforme subitem 17.1 do edital. DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA NAS LICITAÇÕES O princípio da igualdade, um dos alicerces da licitação, encontra-se expresso na Carta Magna, no art. 37, XXI, verbis: "Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações". (O destaque é da denunciante) Como facilmente se percebe, o dispositivo impede que sejam estabelecidas condições que se traduzam em preferência de uns licitantes em desvantagem de outros. Neste caso, está provado à farta a intenção da Licitante, ao norte referenciada, em simular se tratar de empresa distinta para que não sejam somadas as suas Receitas Brutas para o fim de declaração de EPP, nos termos do Art. 3º da Lei nº 123/2016. Agindo dessa maneira a referida empresa fere, de morte, o princípio constitucional da isonomia. DOS PEDIDOS Isto posto, a Recorrente aguarda serenamente que as razões ora invocadas sejam detidas e criteriosamente analisadas, e ao final, seja dado provimento a este Recurso para o fim de tornar sem efeito a decisão que habilitou a empresa Construmaz Construções Ltda., e declarar a Recorrente habilitada no RDC04/2022 dessa Instituição. Nesses Termos, Pede Deferimento. Belém, 19 de julho de 2022. L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA.,

Contrarrazão

18.409.353/0001-05 - CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA

Data/Hora: 26/07/2022 15:19

Motivo da Contrarrazão/Justificativa da Desistência: ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO CORPO DE BOMEIROS MILITAR DO PARÁ, RDC N. 003/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 2021/1303034. CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA – EPP, sociedade empresária, inscrita no CNPJ sob o n. 18.409.353/0001-05, estabelecida na Av. Manofredo Barata, n. 367, Boa Esperança, CEP n. 68.181-020, Itaituba/PA, vem, perante V. Sa., por seu advogado, apresentar CONTRARRAZÕES ao recurso apresentado por L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, nos autos do processo licitatório acima identificado, nos termos a seguir expostos: 1. Das alegações da recorrente. Inconformada com a decisão que acertadamente habilitou a recorrida no certame licitatório em exame, a recorrente, desprovida de qualquer amparo legal ou probatório, pede a reforma da decisão, com base nas seguintes alegações: 1. Que a empresa Construmaz teria sido criada pelo Sr. Marcello Bezerra com a finalidade de, à margem da Lei, participar das licitações, vez que a empresa MPB Engenharia estaria com Certidão Negativa de Débito Trabalhista; 2. Afirma que a empresa Construmaz e MPB Engenharia possuem como sede o mesmo endereço, ou seja, Av. Manofredo Barata, n. 367, Boa Esperança, em Itaituba/PA, sendo esse também o endereço residencial do Sr. Marcello Bezerra; 3. Alega que o Sr. Marcello Bezerra era sócio da empresa MPB Engenharia e agora seria administrador da empresa Construmaz, possuindo procuração com amplos poderes; 4. Sustenta, ainda, que a empresa Construmaz e a empresa Atitude formariam grupo econômico, pois o sócio da última, Sr. Marcos Alby, figurou como testemunha do Sr. Marcello Bezerra em ação judicial que tramita perante da Justiça Criminal, instaurado em razão de acidente de trabalho ocorrido em obra administrada pela MPB Engenharia, mencionando, ainda, que haveriam duas pessoas, Sr. Kássio Paiva e Sra. Eliane Garcia, trabalhando nas duas empresas; 5. Acrescenta, por fim, que, diante da formação de grupo econômico, as receitas das empresas Construmaz e Atitude devem ser somadas para efeito de enquadramento como ME e EPP. No caso, essa soma de receita, de acordo com o recorrente, estaria extrapolando o limite máximo legal previsto na Lei Complementar nº 123 de 2016. Embora essas alegações caluniosas não se sustentem em si mesmas, cabe refutá-las uma a uma. É o que se passa a fazer adiante. 2. Do mérito. De início,

cabe destacar que o Sr. Marcello Bezerra não é – e nunca foi – sócio da empresa Construmaz. Ele é empregado da mesma, fato comprovado pela anotação em sua Carteira de Trabalho Digital e Registro de Empregado, anexos. Os únicos sócios da empresa Construmaz são a Sra. Maria Deuzimira Lima Lopes de Oliveira e o Sr. Márcio Roberto Picanço Ferreira, figurando a primeira na condição de sócia-administradora. Os documentos acostados ao processo licitatório em comento atestam isso de forma inequívoca. A própria recorrente sabe disso, pois apresentou print da consulta ao quadro de sócios e administradores da empresa, extraído do site da Receita Federal do Brasil. O fato de um dos funcionários da Construmaz, tenha esse funcionário procuração ou não, ser ou ter sido sócio de outra empresa não implica em formação de grupo econômico entre elas. Se essa tese absurda fosse acolhida, nenhum empresário ou ex-empresário conseguiria emprego, pois quem o contratasse iria correr o risco de responder por formação de grupo econômico com a empresa do funcionário. O Sr. Marcello Bezerra está plenamente apto a trabalhar como engenheiro civil em qualquer empresa, pois está com inscrição regular perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará e não existe nenhuma sentença penal condenatória contra o mesmo, devendo prevalecer, nessa hipótese, a presunção de inocência. Ser ou ter sido sócio de alguma empresa não o impede de trabalhar com quem que seja. Qualquer responsabilidade que o Sr. Marcello Bezerra possua em razão a fatos alheios ao seu contrato de trabalho com a Construmaz não dizem respeito a última. No mais, o cartão do CNPJ da empresa MPB Engenharia, anexado pela recorrente, confirma que a mesma está sem nenhum registro de endereço comercial. O endereço informado – Av. Manfredo, n. 367, Boa Esperança, Itaituba/PA – é da empresa Construmaz, até porque, de acordo com as informações e documentos juntados pela própria recorrente, a empresa MPB Engenharia estaria inativa. O fato da MPB Engenharia ter utilizado o endereço que a Construmaz atualmente utiliza não implica em nenhuma relação entre as mesmas, muito menos em formação de grupo econômico. A recorrente também falta com a verdade ao afirmar que o Sr. Marcello Bezerra, funcionário da Construmaz residiria no mesmo endereço da empresa. O Sr. Marcello Bezerra mora na Rua Niterói, n. 216, Conjunto Marex, Val de Cães, Belém/PA, conforme comprovante de residência anexo. Destarte, a empresa Construmaz não tem nenhuma relação com a empresa MPB Engenharia. Em relação ao seu funcionário, Sr. Marcello Bezerra, a relação é de emprego, não cabendo à empresa responder pela vida pretérita do mesmo, tampouco por suas eventuais obrigações. A fragilidade das alegações da recorrente, revestidas sempre de má-fé, fica ainda mais evidente quando ela direciona suas fantasias verborrágicas para outra empresa, Atitude Construtora Eireli, que sequer participa da presente licitação. O objetivo da recorrente é novamente imputar a existência de grupo econômico, agora entre a Construmaz e a Atitude, pois isso, em seu entender, acarretaria a perda da condição que a Construmaz possui como Empresa de Pequeno Porte e, conseqüentemente, a perda do benefício de perda da prioridade na contratação com valor de até 10% do melhor preço, previsto na Lei n. 123 de 2006. Os dois argumentos apresentados pela recorrente são risíveis. O primeiro é de que haveria grupo econômico entre as empresas pelo fato do sócio da Atitude, Sr. Marcos de Miranda, ter sido testemunha arrolada em processo judicial pelo Sr. Marcello Bezerra, que, como já dito acima, é funcionário da Construmaz. Ou seja, no entender da recorrente, se o sócio de uma empresa servir de testemunha para o funcionário de outra empresa, isso implicará na formação de grupo econômico entre ambas as empresas. Nem um leigo pode se dar o direito de alegar tanto desconhecimento jurídico. O segundo argumento não é menos gracioso. A recorrente alega que existiriam funcionários comuns entre as empresas, apontando o Sr. Kássio Paiva e a Sra. Eliane Garcia. Isso nunca aconteceu. O Sr. Kássio, por exemplo, foi admitido para trabalhar na Construmaz em agosto de 2021 e continua até hoje, conforme Ficha de Registro e CTPS Digital em anexo. A recorrente apresenta como prova um print do Facebook, no qual consta que o Sr. Kássio Paiva teria começado a trabalhar na empresa Atitude em maio de 2019. Ocorre que, o que prova vínculo de emprego não é print de rede social e sim contrato formal e trabalho. No caso, quando o Sr. Kássio Paiva foi contratado pela empresa Construmaz, já não trabalhava mais para a empresa Atitude. Não cabe à empresa exigir do funcionário que mantenha suas redes sociais com informações atualizadas. Se ainda consta no Facebook do funcionário o seu vínculo com o antigo emprego, só cabe a ele corrigir, se assim desejar. Finalmente, a Sra. Eliane Garcia foi contratada pela Construmaz em abril de 2018 e desligada em dezembro de 2021, conforme Ficha de Registro e CTPS Digital em anexo. Nesse caso, os prints do Facebook da referida funcionária apresentados pela recorrente atestam que a mesma se apresenta atualmente como funcionária da Construmaz. Existem, contudo, duas postagens específicas apresentadas pela recorrente em que a mesma funcionária está usando farda da empresa Atitude. Todavia, basta olhar a data dessas postagens, que são do ano de 2013, para se ver que, na época, ainda não havia vínculo da mesma com a empresa Construmaz. Claro está que a recorrente procura induzir essa Comissão a erro, apontando fatos que sabe nunca ter ocorrido, usando postagens antigas do Facebook como se fossem atuais. Como bem assentado em entendimento jurisprudencial pacífico a respeito do assunto, só é possível reconhecer a existência de grupo econômico quando diversas pessoas jurídicas exercem suas atividades sob unidade de controle, e, ainda, quando se visualizar confusão de patrimônio, fraudes, abuso de direito e má-fé, com prejuízo a credores. O fato do sócio de uma empresa ser testemunha em processo judicial em favor do sócio ou funcionário de outra empresa, o fato de uma empresa contratar funcionário que foi sócio outra empresa, o fato do mesmo funcionário ter trabalhado em empresas distintas e em momentos distintos, o fato de uma

empresa estar sediada no endereço anteriormente utilizado por outra empresa, nada disso pode servir de fundamento para sustentar a existência de grupo econômico, seja entre a Construmaz e a MPB Engenharia, seja entre a Construmaz e a Atitude, e muito menos entre as três. Demonstrada a total impertinência das alegações da recorrente, resta falar agora um pouco dos seus motivos, que são estritamente financeiros. A recorrente, como se sabe, é concorrente da recorrida no certame em exame. Durante o processo licitatório teve oportunidade para apresentar sua impugnação, mas nada fez. Ocorre que, com o avançar do processo e abertura das propostas, o preço apresentado pela recorrida foi menor que o apresentado pela recorrente. Além disso, em outra licitação, a concorrência pública n. 01/2022 PC/PA, Processo Administrativo n. 2022/14610, o preço apresentado pela recorrida está dentro do limite de 10% previsto na Lei n. 123 de 2006. Nessa condição, a recorrida, por ser EPP, possui prioridade legal na contratação em detrimento da recorrente. Ou seja, o que a recorrente pretende mesmo é utilizar essas inverdades para se favorecer nos certames licitatórios em que não objete êxito. Essa é a verdadeira motivação da recorrente. Atacar a recorrida como fatos inverídicos e caluniosos, em momento totalmente inadequado, com a finalidade de tumultuar o certame e vencer a disputa a qualquer custo. Essa postura, contudo, não ajudará em nada a recorrente no presente certame. A única coisa que ganhará com isso são processos judiciais que serão manejados contra si pela empresa recorrida e ainda pela terceira empresa envolvida, a quem será dado conhecimento. 3. Conclusão. Diante do exposto, requer seja negado provimento ao recurso, sem prejuízo das medidas e sanções eventualmente aplicadas contra a recorrente em razão do teor inverídico e calunioso da denúncia apresentada. Nestes termos, pede e espera deferimento. Belém/PA, 26 de junho de 2022. SAVIO BARRETO LACERDA LIMA Assinado de forma digital por SAVIO BARRETO LACERDA LIMA
Dados: 2022.07.26 13:49:03 -03'00' SÁVIO BARRETO LACERDA LIMA OAB/PA 11.003

[Voltar](#)